

# POVOS ORIGINÁRIOS: ETNO SAÚDE. EDUCAÇÃO

## Fagner Luiz Lemes Rojas

[Mestre em Educação. Doutor em Saúde Coletiva.  
Professor Adjunto da FACIS (UNEMAT- Diamantino)]



**Onde estão os povos originários que estavam aqui?** Após a segunda guerra mundial em 1945, as nações mais ricas assumiram o compromisso com o Estado de Bem-Estar-Social (*welfare-state*), que evidentemente surtiu reflexo no Brasil. Neste breve resumo historiográfico é importante perceber que o Brasil foi pertencente ao Império Português entre 1530 a 1889, e após isso, a história demonstra que passamos por transições da República Velha (1889 à 1930), República

da Espada (1889-1894), República das Oligarquias (1894-1930), Era Vargas (1930-1945), Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional ou Presidencial (1934-1937), Estado Novo (Regime Ditatorial de 1937-1945), República Populista (1945-1964) e após a soltura das amarras da ditadura, que vigorou entre 1964 a 1985, o país começou a transição para a Nova República iniciada em 1985, à condição de República Democrática em 1988, já em vias da aprovação da Constituição Federal. **Em todas essas transições políticas, fica em aberto para pensarmos. Superamos os conflitos que foram instaurados com as transições? Em que dado momento os indígenas foram chamados ao protagonismo desses episódios? Afinal eles estavam aqui bem desde antes de 1500.** Com o fim do regime autoritário e em vias do processo da redemocratização do país, ocorreram eventos importantes que instituíram os marcos da universalização da escola através do Manifesto da Escola Nova em 1932, que reivindicava a educação formal: pública, laica e gratuita, posteriormente, em 1970, o movimento da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) reivindicava o direito à saúde, e, após 16 anos na Conferência Nacional de Saúde em 1986, que ampliava o conceito de saúde: “ter o direito a escola, terra, segurança, trabalho, vida condigna, etc” propunha também a criação do sistema de saúde que fosse universal, público e gratuito, então foi que ambos: educação e saúde, foram reafirmados e garantidos na Constituição Federal (CF) de 1988, denominada

generosamente de “[Alma Mater](#)”, porque é solidária e de proteção social e nos traz a esperança de um “*Brasil de um sonho intenso, um raio vívido*”; [Deguste o texto ao som do Hino Nacional Brasileiro](#).

O legado dos seus filhos, brasileiros e brasileiras, são fundamentalmente alicerçados na condição do exercício inalienável da “*educação: direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*” e a “*saúde: é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*” (art. 205 e 196 da CF/1988). Ao que parece, garantiu-se o direito a ter direitos e endireitou-se os direitos daqueles que estavam sem nenhum direito. Declaramos a paz nacional e guerra ao golpe de Estado (1964 - 1984), e bradamos: militarismo nunca mais, ditadura jamais! E foi diante dos conflitos históricos que marcaram a vida em sociedade que deixaram o estigma e a mácula que nunca cicatrizou e ficou latente no imaginário social. O fato é que há muito tempo revivemos o açoite, a matança e a opressão porque, desde 1500, não corrigimos a rota equivocada de quando descobriram as índias, que, aliás, já estava descoberta e ocupada pelos povos originários, os indígenas. Sem pormenorizar o terror vivido no regime ditatorial brasileiro, historicamente, anteriormente tivemos outros massacres e opressões quando ocorreu o contato aos denominados Da SILVA (da Selva) porque estavam na floresta, que impetuosamente os Da COSTA (do litoral - os colonizadores) quiseram dominar, é claro que houve resistência aos da Selva e, por isso, deflagraram guerra aos povos originários que de longe cessou. Passados mais de 500 anos, e não estamos em paz com o Brasil de 1500 (desde a descoberta) e o de 1960 (da ditadura), muito menos com dos anos 2000 (com os fascistas), e pior, ainda não superamos estes conflitos e estamos no fronte do campo de batalhas, porque a violência é real: miliciana, é simbólica: velada, e não menos sangrenta e dizimadora porque declara morte às origens, aos sonhos e aos corpos para produzir o apagamento histórico de quem fomos e para nos perdermos de quem ainda seremos. Há vários séculos nos saqueiam, rechaçam e nos desligam das origens dos povos originários do Brasil, negam! violentam! matam!. Pois bem! Quando aprenderemos nas escolas e universidades sobre a história do povo originário brasileiro (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros? Na América Latina (colonizada por espanhóis), com exceção do Brasil (colonizada por portugueses), é quase majoritário a condição de se autodeclarar a ancestralidade dos povos originários, não tem isso

que temos aqui: indígena e não indígena, que mais parece um cerceamento ao que é nacional ao invés de um reconhecimento de ancestralidade.

*Ensinamos errado sobre a etnoeducação e nem ao menos abordamos sobre a etnosáude nos espaços escolares*, porque também aprendemos errado sobre essa ‘noção de verdade’ ensinada pelo colonizador, o vitorioso, o contador de estórias que escreveu sobre a história nacional, e por isso perdemos! Nos perdemos! Nos foi retirada a oportunidade de nos reconhecer, desvendar e de ler sobre as nossas origens, e agora negamos e criamos no imaginário social uma repulsa e execração dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros. É como se eles fossem tolos, atrasados, sem identidade, primitivos e não queremos nos ligar a esse lugar. Ledo engano! E que tristeza ao escrever sobre isso, porque também falo de mim. Escutar a sabedoria do Iberê, um indígena do povo Guarani, que assume com muita sabedoria o lugar de fala neste podcast: [“da educação indígena aos indígenas na educação”](#). Ao que o Iberê dialoga sobre a sabedoria étnica, popular e aludindo sobre a etnosáude, desde a aprovação das Leis Orgânicas da Saúde GM/MS nº 8080/1990 e 8142/1990, em quase uma década depois foi reconhecida pela lei nº GP nº 9.836/1999, que institui a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena SASISUS, reconhecemos que os indígenas deveriam *‘ser parte’ do SUS*. A luz de Michael Foucault se formos compreender pelas “palavras” a origem “das coisas” fica evidente que **foi criado um subsistema para atender a uma subpopulação**. Isso é uma falha grave, deveria ser retratado porque os originários não são estrangeiros no Brasil, não são uma subpopulação, talvez nós sejamos! O SASISUS tem a sua relevância e compromisso nacional com os povos originários, e, não estou afirmando que ele deva deixar de existir, porque a sua organização enquanto sistema de saúde em rede nos territórios indígenas é muito significativo. Toda a estrutura da saúde destinada aos povos originários tem como prerrogativa o respeito à dimensão multi, intercultural e cosmológica de todos os povos originários, como também, o respeito à dimensão geopolítica-espacial para garantir a interlocução entre os povos originários brasileiros e vizinhos (fora do país). Toda a estrutura dessa rede de saúde é regida pelos Distritos Sanitários Especiais Indígena (DSEI), o administrativo pelas Secretarias Especiais de Saúde Indígena (SESAI) e, a atenção à saúde, pela Casa de Saúde Indígena (CASAI) que deve garantir que assistido seja respeitado à sua peculiaridade cosmológica: modos de vida, tradições culturais, sobretudo as de saúde, levando em consideração que a terra ao indígena não é algo para além de territórios cartográficos recortados, a terra é a extensão do seu corpo.

Temos muito a aprender sobre o que é viver em sociedade com os povos originários que, culturalmente, tem riquezas como os dois grandes troncos linguísticos (Tupi e o Macro-Jê)



além das demais famílias linguísticas, artesanato, alimentação, cultura e intercultura, produção e *modus vivendi* e muitas outras características que não estão destacadas, mas também são importantes e, por isso, devem ser consideradas para preservá-los e atendê-los ao mais próximo da sua cultura e práticas tradicionais. A doença social vivida no contexto dos Juruá (não indígena). Encontre os traços da sua ancestralidade no site do Instituto Socioambiental ([ISA](#)), nele você pode encontrar o seu parente. Ao que considerou

Darcy Ribeiro “*naturalmente, ao longo desses 500 anos, os índios mudaram muito, como nós também mudamos, mas eles guardam duas coisas cujo conhecimento é essencial para nós. Primeiro, seu próprio ser biológico, seus genes, que nós levamos no corpo, mantendo-os vivos como seus descendentes. O que tem de singular o moreno brasileiro é essa garra indígena. A segunda herança que temos dos índios é a sua adaptação milenar à floresta tropical. Sem esse saber, seríamos outros. O que nos singulariza como cultura é o patrimônio das coisas da natureza que nos circunda, as dezenas de plantas domesticadas pelos índios que cultivamos em nossas roças e as milhares de árvores frutíferas e de outros usos que eles nos ensinam a aproveitar. Assim é que continuamos sendo índios nos corpos que temos e na cultura que nos ilumina e conduz. Mas é claro que os índios que resistiram ao avassalamento são muito mais índios.* (Diários Índios: Os Urubu-Kaapor). \*Texto dedicado a todo o Povo Indígena Bakairi da Aldeia Santana em Nobres - Mato Grosso, e, em especial ao Cacique Arnaldo, sua esposa Dona Maria Neuza e a sua filha Amarilize, que sempre nos recebeu com muita alegria, respeito e sabedoria nas oportunidades do intercâmbio intercultural.



## Mosaico de memórias iconográficas



Fonte: todas as imagens registradas foram autorizadas pela liderança indígena do povo Bakairi, e, capturadas durante o intercâmbio intercultural que oportunizou desenvolver ações da disciplina de Assistência de Enfermagem em Saúde Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT, Campus Diamantino).